



## Segmentação produtiva e determinantes da inserção feminina nos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros

*Vivian Nascimento de Jesus<sup>1</sup>*  
*Ana Carolina da Cruz Lima<sup>2</sup>*

**Resumo:** Há indícios de segmentação nos mercados de trabalho brasileiros por sexo e cor, tanto salarial como ocupacional. Assim, o objetivo do artigo é analisar os determinantes da condição ocupacional feminina, com ênfase nos indicadores das mulheres que se autodeclararam pretas e pardas. A base de dados utilizada, construída a partir dos microdados da PNAD/IBGE 2015, permite identificar características que indicam a vulnerabilidade socioeconômica deste grupo, em razão de menores rendimentos auferidos e percentagens elevadas de desocupação. Para verificar os principais determinantes da inserção ocupacional, um modelo de regressão logística multinomial foi estimado. Os resultados obtidos confirmam a hipótese de segmentação nos mercados de trabalho das principais metrópoles brasileiras: (i) mulheres têm maior probabilidade de inatividade e desocupação em comparação aos homens; e (ii) pretos e pardos têm significativas chances de estarem desocupados, em comparação a brancos. A complexidade da inserção ocupacional intensifica-se em regiões mais desenvolvidas.

**Palavras-chave:** Condição de ocupação. Discriminação. Inserção ocupacional feminina. Segmentação produtiva.

### Non-labor discrimination and female occupational status in Brazilian metropolitan labor markets

**Abstract:** There are empirical evidences about non-labor discrimination in Brazilian labor markets related to sex and skin color. The paper analyzes the determinants of female occupational condition, with emphasis on the indicators of black and brown women in Brazilian metropolitan labor markets. The database, built from the PNAD/IBGE 2015 microdata, allows the identification of productive and non-productive characteristics that indicate the socioeconomic vulnerability of this group, due to lower income earned and high unemployment rates. To verify the main determinants of occupational insertion, a multinomial logistic regression model was estimated. The results confirm the hypothesis of segmentation in labor markets of the main Brazilian metropolises: (i) women are more likely to be inactive and unemployed compared to men; and (ii) blacks and browns individuals have significant chances of being unemployed, compared to whites individuals. The complexity of occupational insertion is intensified in more developed regions.

**Keywords:** Female occupational insertion. Non-labor discrimination. Occupational status. Productive segmentation.

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). ID ORCID: [0000-0002-5881-2613](https://orcid.org/0000-0002-5881-2613). E-mail: [vivian.nj96@gmail.com](mailto:vivian.nj96@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Econômicas. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ID ORCID: [0000-0003-4956-8759](https://orcid.org/0000-0003-4956-8759). E-mail: [ana.lima@ie.ufrj.br](mailto:ana.lima@ie.ufrj.br).

## Introdução

A análise do mercado de trabalho tem importante papel no desenvolvimento de um país, pois pode refletir as desigualdades socioeconômicas que existem na sociedade. No caso do Brasil, há indícios de segmentação no mercado de trabalho por sexo e cor, tanto salarial como ocupacional. Isto significa que pessoas com as mesmas características produtivas podem ter remunerações diferentes e/ou possuir inserção ocupacional mais ou menos favorável de acordo com o sexo e/ou cor.

Mulheres e pretos e pardos estão sujeitos à segmentação produtiva em comparação a homens e brancos. Segundo Hermeto e Miranda-Ribeiro (2016), o tratamento diferenciado dado a determinado grupo, em detrimento de outro, age como ferramenta de manutenção das desigualdades no mercado de trabalho. As autoras apontam que a segmentação dos mercados de trabalhos possui inclusive uma dimensão espacial, determinada pelo nível de desenvolvimento e pela proporção da população de cada grupo de sexo e cor em cada região. Apesar dos progressos ocorridos na primeira década do século XXI, como, por exemplo, o aumento da participação feminina nos postos formais de emprego (MARIANO et al., 2018), a discriminação contra mulheres e negros persiste na sociedade e, conseqüentemente, nos mercados de trabalho brasileiros. Por este motivo, estudos sobre as relações raciais e de gênero são necessários.

O objetivo do artigo é analisar os determinantes da condição de ocupação feminina, com ênfase nos indicadores das mulheres que se autodeclararam pretas e pardas. Para alcançar o objetivo proposto é realizada uma pesquisa quantitativa, descritiva e correlacional. Um modelo de regressão logística multinomial será estimado, utilizando uma base de dados construída a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A estimação do modelo permitirá o exame de quais características, produtivas ou não produtivas, podem influenciar uma pessoa a estar ocupada, desocupada ou inativa.

Além da introdução, o artigo possui quatro seções e uma conclusão. Na primeira, são discutidos aspectos teóricos e empíricos que corroboram a hipótese da existência de discriminação ocupacional e salarial a qual mulheres e pretos e pardos estão suscetíveis. Na segunda, é realizada a caracterização da amostra. Na terceira e na quarta seções, a metodologia utilizada para o estudo é apresentada e são discutidos os principais resultados obtidos a partir da estimação do modelo proposto. Em seguida, são realizadas as considerações finais.

## **Aspectos conceituais da segmentação produtiva por sexo e cor**

A dinâmica dos mercados de trabalho brasileiros é amplamente discutida no meio acadêmico, principalmente em relação à segmentação existente por sexo e cor. As especificidades regionais, relacionadas a diferentes níveis de desenvolvimento, tendem a influenciar a forma de inserção ocupacional por sexo e cor, bem como refletem-se em diferenciais salariais (SOARES, 2000; ARAÚJO e RIBEIRO, 2002; LIMA et al., 2015; MARIANO et al., 2018). Em outras palavras, trabalhadores com características produtivas similares, por exemplo, escolaridade, e que desempenham as mesmas ocupações são, por vezes, remunerados de forma distinta em uma mesma localidade, o que pode ser um indício da existência de segmentação produtiva (ARAÚJO E RIBEIRO, 2002; HERMETO e MIRANDA-RIBEIRO, 2016).

Mariano et al. (2018) evidenciam, a partir da análise de dados da PNAD 2014, que a despeito das melhorias observadas durante a primeira década dos anos 2000 nos mercados de trabalho brasileiros em termos de redução do desemprego e informalidade e aumento dos ganhos salariais reais, os indicadores de segmentação ocupacional não sofreram alterações significativas. Os autores salientam que os rendimentos auferidos por homens são, em média, superiores aos das mulheres, assim como os rendimentos auferidos por brancos são superiores aos observados para pretos e pardos. Além disso, as mulheres possuem remunerações inferiores apesar de possuírem, em média, escolaridade mais elevada que os homens (MARIANO et al., 2018).

O debate sobre a segmentação nos mercados de trabalho tem duas correntes principais (SILVA, 1980; OLIVEIRA et al., 1983; SILVA, HASENBALG, 1992; HASENBALG, 2005; HERMETO E MIRANDA-RIBEIRO, 2016). Por um lado, argumenta-se que os diferentes grupos (cor e sexo) têm oportunidades iguais de ascensão social e econômica e, assim, os diferenciais ocupacionais existentes seriam consequência de um processo incompleto de mobilidade social. Por outro lado, o que influencia a diferenciação entre os grupos não é o nível socioeconômico, mas sim a discriminação. Segundo Araújo e Ribeiro (2002), a discriminação salarial ocorre quando se obtém pagamento inferior desempenhando a mesma função; e a discriminação ocupacional ocorre quando se recebe menos por ter acesso apenas a postos de trabalho de baixa remuneração. Mariano et al. (2018) demonstram que a discriminação explica proporção significativa da diferença de salários entre homens brancos e mulheres pretas e pardas no Brasil.

Hermeto e Miranda-Ribeiro (2016) verificam a inserção desigual de grupos de cor e sexo nos mercados de trabalho metropolitanos do Brasil. Para as autoras, a inserção desigual constitui a segregação ocupacional, isto é, faz com que os grupos se concentrem em diferentes e desiguais ocupações. Os dados da PNAD evidenciam que mulheres e pretos e pardos tendem a se

concentrar em ocupações com menor remuneração ou prestígio. As autoras demonstram que, nas regiões metropolitanas brasileiras, os brancos possuem distribuição mais equânime entre as ocupações e possuem maior presença em ocupações de nível superior (mesmo em áreas nas quais pretos e pardos possuem maior representatividade na composição da força de trabalho, como, por exemplo, em Salvador). Em contrapartida, os pretos e pardos se concentram em ocupações manuais, de menor qualificação. Além disso, verifica-se a persistência de segmentação ocupacional por sexo dentro dos grupos de cor ou raça. Ao correlacionar a proporção de pessoas pretas e pardas na força de trabalho total com sua proporção nas categorias ocupacionais, as autoras concluem que há segregação ocupacional: (i) entre os homens, os pretos e pardos são sobrerrepresentados em categorias de níveis manuais na indústria e outras ocupações de nível médio e são sub-representados nas categorias de nível superior e em ocupações técnicas e administrativas de nível médio; e (ii) entre as mulheres, as pretas e pardas são sobrerrepresentadas em categorias de níveis manuais e sub-representadas em todas as categorias de nível superior e médio. Assim, a discriminação sexual e racial restringe o acesso de mulheres e pretos e pardos à estrutura ocupacional e segmenta os mercados de trabalho. Neste sentido, o lugar que a mulher negra ocupa na estrutura ocupacional concentra-se nos estratos inferiores, que possuem remunerações extremamente desfavoráveis (SOARES, 2000).

É importante ressaltar, conforme Fontes (2014, p. 32), que uma tendência verificada globalmente é a mudança na demanda por trabalho em favor da mão de obra mais qualificada (capital humano), relacionada ao avanço tecnológico, aspecto central para o estudo sobre as mudanças na estrutura salarial e ocupacional. Nesta perspectiva, a capacidade das mulheres pretas e pardas se adaptarem a estas transformações (e a existência de políticas públicas direcionadas para este grupo) é fator determinante para tornar mais favorável seu processo de inserção produtiva e, conseqüentemente, reduzir sua vulnerabilidade.

### **O perfil da segmentação por sexo e cor nos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros**

A primeira etapa para a realização do estudo proposto refere-se à caracterização geral da amostra analisada. Nesta perspectiva, são apresentadas a seguir informações sobre o perfil da segmentação por sexo e cor verificada nos mercados de trabalho brasileiros. A fonte de dados é a PNAD/IBGE. A amostra representa 37,1% de seu desenho amostral. A expansão amostral por intermédio da variável “Peso das Pessoas” demonstra que a base utilizada representa aproximadamente 30,8% da população brasileira.

A base de dados inclui características socioeconômicas dos indivíduos, relacionadas a aspectos demográficos, educacionais, de trabalho e rendimento e estrutura familiar. Os seguintes recortes amostrais foram realizados para minimizar o grau de heterogeneidade entre os indivíduos analisados: (i) exclusão de indivíduos residentes em áreas rurais e urbanas (não metropolitanas), pois há elevada disparidade entre os mercados de trabalho rurais, urbanos e metropolitanos em termos de taxas de ocupação, desocupação e informalidade; e (ii) exclusão de indivíduos que se autodeclararam indígenas e/ou amarelos e residentes em domicílios coletivos, improvisados ou sem chefe. Assim, será possível identificar as especificidades dos padrões de inserção da mão de obra feminina nas principais metrópoles do país.

As mulheres representam 52,7% da amostra. No que diz respeito à cor, 54,7% da amostra é composta por pretos e pardos e 44,6% por brancos. A Tabela 1 combina os critérios sexo e cor e permite avaliar a importância relativa de cada grupo na amostra. As informações são consistentes com os dados do IBGE sobre composição por sexo da população brasileira, presentes na Síntese de Indicadores Sociais (2016).

**Tabela 1 – Distribuição amostral por sexo e cor (Brasil, 2015)**

	Amostra		Universo	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Mulheres pretas e pardas	37.355	28,5	16.568.155	26,51
Mulheres brancas	31.800	24,2	16.369.287	26,19
Homens pretos e pardos	34.980	26,6	15.643.843	25,03
Homens brancos	27.149	20,7	13.913.400	22,26
<b>Total</b>	<b>131.284</b>	<b>100</b>	<b>62.494.685</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2015.

A análise da configuração domiciliar indica que entre os homens brancos, 40,7% são chefes de domicílio. Este percentual é igual a 37,3% para homens pretos e pardos, 30,6% para mulheres pretas e pardas e 28,6% para mulheres brancas. É interessante observar que para as mulheres, há claramente uma diferenciação por cor: a maior parte das mulheres brancas ocupa a posição de cônjuge no domicílio; enquanto a maior parte das mulheres negras ocupa a posição de chefe do domicílio. Além disso, entre as mulheres pretas e pardas, 44,4% vivem em companhia de cônjuge ou companheiro. Esta proporção é igual a 47,1% para as mulheres brancas, 50,4% para os homens pretos e pardos e 53,6% para os homens brancos. A análise deste quesito indica que mulheres pretas e pardas responsáveis pelo domicílio provavelmente constituem a principal (ou única) fonte de rendimento domiciliar. Logo, a capacidade de inserção produtiva destas mulheres é fator determinante do grau de vulnerabilidade de seus domicílios. Segundo análise realizada pelo IPEA (2017), entre 1995 e 2015, a maioria das mulheres chefes de família ocupadas

era composta por mulheres que se declaravam pretas e pardas, entretanto, estavam inseridas em ocupações vulneráveis, suscetíveis ao desemprego e a piores condições de trabalho.

A configuração das famílias dos chefes de domicílio tem as seguintes características: (i) a maior parte das mulheres negras chefes de família possui estrutura familiar do tipo “mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais”; (ii) para as mulheres brancas, “outros tipos de família”; (iii) para homens negros, “casal com todos os filhos menores de 14 anos”; e (iv) para homens brancos, “casal sem filhos” (Tabela 2). As informações são um indício da vulnerabilidade de domicílios chefiados por mulheres pretas e pardas. IPEA (2011) verifica tal vulnerabilidade comparando esses domicílios aos chefiados por homens brancos. O estudo mostra que o rendimento *per capita* médio de domicílios chefiados por homens brancos no período é igual a R\$997; no caso dos domicílios chefiados por mulheres negras, este valor é igual a R\$491. Além disso, a proporção de famílias que recebe até um salário-mínimo é igual a 41% para as famílias chefiadas por homens brancos e a 69% para famílias chefiadas por mulheres pretas e pardas.

**Tabela 2 – Configuração das famílias dos chefes de domicílios por grupos de sexo e cor (Brasil, 2015)**

	Mulheres pretas e pardas		Mulheres brancas		Homens pretos e pardos		Homens brancos	
	Nº obs.	(%)	Nº obs.	(%)	Nº obs.	(%)	Nº obs.	(%)
Casal sem filhos	1.232	10,8	1.012	11,1	2.963	22,7	2.945	26,64
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	1.295	11,3	809	8,91	2.982	22,9	2.344	21,2
Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	1.192	10,4	823	9,06	2.978	22,9	2.686	24,3
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	525	4,59	354	3,9	1.179	9,05	830	7,51
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	835	7,3	479	5,27	-	-	-	-
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais	3.184	27,8	2.434	26,8	-	-	-	-
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	590	5,16	291	3,2	-	-	-	-
Outros tipos de família	2.583	22,6	2.882	31,7	2.928	22,5	2.250	20,35
<b>Total</b>	<b>11.436</b>	<b>100</b>	<b>9.084</b>	<b>100</b>	<b>13.030</b>	<b>100</b>	<b>11.055</b>	<b>100</b>

(\*) A PNAD/IBGE classifica como “outros tipos de família” qualquer arranjo familiar que não se enquadre nas opções anteriores

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2015.

As disparidades dos indicadores educacionais entre grupos de cor ou raça podem ser observadas por intermédio do nível de instrução da amostra. A maior parte das mulheres e homens pretos e pardos e dos homens brancos possui nível “Fundamental Incompleto” (respectivamente, 29,5%, 31,6% e 24,7%). Todavia, é importante salientar que entre estes três grupos, o acesso ao ensino “Superior Completo” é extremamente diversificado, com indicador

mais expressivo para os homens brancos (respectivamente, 7,8%, 5,9% e 16,1%). Entre as mulheres brancas, o grupo com maior representatividade é “Ensino Médio Completo” (24,6%). Além disso, são as mulheres brancas que possuem a maior proporção de indivíduos com formação “Superior Completo” (18,5%). As informações descritas na Tabela 3 evidenciam as disparidades no acesso à educação entre homens e mulheres e entre indivíduos brancos e pretos e pardos. Tais especificidades provavelmente estão relacionadas à capacidade de inserção ocupacional dos respectivos grupos e, conseqüentemente, sobre os rendimentos auferidos. Segundo Mariano et al., (2018), apesar de as mulheres possuírem, em média, níveis educacionais mais elevados, seus rendimentos são inferiores aos auferidos pelos homens. Entre os grupos de cor ou raça, os brancos têm níveis educacionais mais expressivos em comparação a indivíduos pretos e pardos. É importante ressaltar que a escolaridade média de indivíduos pretos e pardos é inferior à escolaridade média amostral (7,1 *versus* 7,7 anos estudo, respectivamente). Estas informações evidenciam a importância das políticas públicas educacionais para minimizar a vulnerabilidade dos grupos que possuem maior dificuldade de inserção ocupacional no Brasil (qualidade do ensino público *versus* inserção produtiva).

Tabela 3 – Nível de instrução e escolaridade média por grupos de sexo e cor (Brasil, 2015)

	Mulheres pretas e pardas		Mulheres brancas		Homens pretos e pardos		Homens brancos	
	Nº obs.	(%)	Nº obs.	(%)	Nº obs.	(%)	Nº obs.	(%)
Sem instrução	5.505	14,7	4.301	13,5	5.443	15,6	4.055	14,9
Fundamental incompleto ou equivalente	11.012	29,5	7.552	23,8	11.045	31,6	6.700	24,7
Fundamental completo ou equivalente	3.659	9,8	2.608	8,2	3.545	10,1	2.344	8,63
Médio incompleto ou equivalente	2.721	7,29	1.678	5,28	2.596	7,42	1.583	5,83
Médio completo ou equivalente	9.845	26,4	7.812	24,6	8.865	25,3	6.327	23,3
Superior incompleto ou equivalente	1.588	4,25	1.933	6,08	1.344	3,84	1.745	6,43
Superior completo	2.910	7,79	5.872	18,5	2.071	5,92	4.361	16,1
Não determinado	95	0,25	44	0,14	71	0,2	34	0,13
<b>Total</b>	<b>37.335</b>	<b>100</b>	<b>31.800</b>	<b>100</b>	<b>34.980</b>	<b>100</b>	<b>27.149</b>	<b>100</b>
<b>Média de anos de estudo</b>	7,4		8,5		7,1		8,1	

(\*) Calculados para indivíduos de 10 anos ou mais.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2015.

Em relação às características produtivas da amostra, a primeira variável a ser destacada é a condição de atividade. Verifica-se que 60,5% da amostra é composta por indivíduos economicamente ativos. Entre a PEA, 88,2% estão ocupados (a taxa de desocupação média das regiões metropolitanas equivale a 11,8%). A análise por grupos de sexo e cor demonstra a vulnerabilidade das mulheres pretas e pardas em comparação aos demais grupos: 16,4% das

mulheres pertencentes a este grupo estão desocupadas. Em contrapartida, apenas 11,2% das mulheres brancas não possuem ocupação, 11,3% dos homens pretos e pardos e somente 8,2% dos homens brancos. A proporção de inativos é similar para os dois grupos de mulheres (entre 47-48%) e inferior para os homens. Os dados são um indício da segmentação existente nos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros. A participação feminina no mercado de trabalho aumentou consideravelmente nas últimas décadas, entretanto, a presença dos homens ainda é majoritária. Além disso, no que se refere à inserção ocupacional, as mulheres estão mais presentes em ocupações precárias; mais especificamente, as mulheres negras estão significativamente representadas nos serviços domésticos e sociais (IPEA, 2011).

Ao analisar a condição ocupacional dos chefes de domicílio, verifica-se que, no geral, 93,03% das pessoas nesta posição possuem ocupação em 2015. A proporção de chefes ocupados é ligeiramente superior para homens em comparação às mulheres (94,8% *versus* 90,1%) e para brancos em comparação a pretos e pardos (94,3% *versus* 91,9%). Mais especificamente, a análise simultânea por sexo e cor para chefes de domicílios indica que a proporção de desocupados é mais expressiva para as mulheres pretas e pardas em comparação a todos os grupos (11,5% *versus* 7,8%, 5,8% e 4,4%, respectivamente). Vale ressaltar que a situação das mulheres pretas e pardas chefes de domicílio é um pouco mais favorável do que a situação de mulheres do mesmo grupo étnico, mas que não são chefes de domicílio (cuja proporção de desocupação é igual a 19,3%). A análise dos dados evidencia a dificuldade de inserção ocupacional e a provável vulnerabilidade de renda dos domicílios chefiados por mulheres pretas e pardas, conforme ressaltam Faustino, Araújo e Maia (2017).

A Tabela 04 apresenta a distribuição dos trabalhadores por grupos ocupacionais. As mulheres, pretas e pardas e brancas, desempenham majoritariamente ocupações relacionadas aos serviços (40,4% e 24,2%, respectivamente); os homens, pretos e pardos e brancos, trabalham principalmente na produção de bens e serviços e de reparação e manutenção (41,4% e 30,7%, respectivamente). Tais resultados convergem com a análise de Araújo e Ribeiro (2002). A análise horizontal da tabela indica a representação de cada grupo por categoria ocupacional (segregação horizontal). Destaca-se, por exemplo, que os homens brancos representam a maior parte dos “Dirigentes” (40%, aproximadamente); mulheres pretas e pardas são maioria na categoria “Trabalhadores de serviços” (41%); mulheres brancas predominam na ocupação “Profissionais das ciências e das artes” (38%); e homens pretos e pardos representam a maior parte dos “Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção” (56%). Os dados indicam a existência de segmentação ocupacional por sexo e cor nos mercados de trabalho das principais metrópoles brasileiras. Tal segmentação pode estar relacionada ao perfil produtivo dos

indivíduos (escolaridade e educação) e/ou à discriminação, conforme ressaltam Araújo e Ribeiro (2002). Mais especificamente, segundo Mariano et al. (2018), a estrutura social brasileira, que é desigual, pode ter grande influência neste padrão pois, ao não conceder as mesmas oportunidades de acesso e permanência à educação e à qualificação para indivíduos de diferentes grupos de cor, afeta a alocação produtiva por categorias ocupacionais (concentração de pretos e pardos em ocupações que não necessitam de altos níveis educacionais). Também é importante ressaltar que a segmentação ocupacional observada nos mercados de trabalho tende a revelar diferenças proporcionadas por processos sociais relacionados às trajetórias educacionais e profissionais de mulheres e homens (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2016; MANTOVANI, SOUZA E GOMES, 2019). Assim, a segmentação ocupacional é produzida indiretamente pelos mercados de trabalho e está relacionada ao processo de determinação social dos papéis tradicionalmente desempenhados por homens e mulheres, o que dificulta a mobilidade ocupacional (ARAKAKI, 2017).

Tabela 4 – Grupos ocupacionais por sexo e cor (Brasil, 2015)

	Mulheres pretas e pardas		Mulheres brancas		Homens pretos e pardos		Homens brancos		Total
	Nº obs.	(%)	Nº obs.	(%)	Nº obs.	(%)	Nº obs.	(%)	
Dirigentes em geral	465	13,4	912	26,3	723	20,87	1.365	39,4	3.465
Profissionais das Ciências e das Artes	1.574	20,3	2.923	37,7	1.067	13,76	2.192	28,3	7.756
Técnicos de nível médio	1.118	20,2	1.319	23,9	1.465	26,5	1.627	29,4	5.529
Trabalhadores de serviços administrativos	2.396	31,9	2.332	31,1	1.508	20,1	1.268	16,9	7.504
Trabalhadores dos serviços	5.951	41	3.142	21,7	3.586	24,71	1.835	12,6	14.514
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	2.083	30,8	1.380	20,4	1.963	28,97	1.349	19,9	6.775
Trabalhadores agrícolas	156	16,9	115	12,5	365	39,63	285	30,9	921
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	915	6,48	811	5,74	7.893	55,87	4.508	31,9	14.127
Membros das forças armadas e auxiliares	53	6,41	40	4,84	465	56,23	269	32,5	827
Ocupações elementares, mal definidas ou não declaradas	0	0	6	40	5	33,33	4	26,7	15

(\*) Calculados para indivíduos de 10 anos ou mais.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2015.

De forma análoga, o mercado de trabalho revela setorialmente as implicações da trajetória profissional e as relações de gênero: as mulheres, pretas e pardas e brancas, trabalham principalmente no setor de “Serviços Pessoais” (60,9% e 48,8%, respectivamente) e os homens, pretos e pardos e brancos, nos setores de “Serviços Produtivos” (28,7% e 32,6%,

respectivamente). Em relação à representatividade de cada grupo nos setores produtivos, os homens brancos representam a maior parte dos trabalhadores da “Indústria Moderna” (38,3%); as mulheres brancas são maioria nos setores de “Serviços Sociais” (35,5%); os homens pretos e pardos predominam no setor “Construção Civil” (64,8%); e as mulheres pretas e pardas no setor “Serviços Pessoais” (37,1%). A distribuição de trabalhadores por sexo e cor entre os setores corrobora a hipótese de existência de segmentação nos mercados de trabalho metropolitanos no Brasil. Esses padrões são um reflexo das trajetórias profissionais de homens e mulheres, fenômeno condicionado aos papéis sociais que lhes são tradicionalmente atribuídos (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2016).

Ressalta-se ainda a segmentação por sexo no trabalho doméstico, ocupação majoritariamente feminina (92%). Mais especificamente, 62,8% desses trabalhadores são mulheres pretas e pardas e 29,2% mulheres brancas. Do total de mulheres ocupadas na amostra, 15,1% são trabalhadoras domésticas (para mulheres pretas e pardas esse percentual aumenta para 19,2%; para mulheres brancas, diminui para 10,1%). Segundo IPEA (2011), a proporção de trabalhadores domésticos remunerados, entre 1995 e 2009, em relação ao universo de ocupados, permaneceu estável. O estudo verificou que 12,6% das mulheres brancas prestavam serviços domésticos remunerados e 21,8% das mulheres negras.

O grau de informalidade é calculado a partir de uma variável *proxy* que agrega as categorias: trabalho não remunerado, empregado sem CTPS assinada, conta-própria (sem contribuição para a previdência) e trabalhadores para construção e consumo próprio. Ulyseia (2006) destaca que, no caso brasileiro, a informalidade requer considerável atenção, pois trabalhadores informais não estão sob a proteção dos direitos trabalhistas e podem estar inseridos em ocupações mais instáveis, geralmente associadas à segmentação por sexo e cor. A Tabela 5 demonstra o grau de informalidade por grupos de sexo e cor. Destaca-se que pretos e pardos representam a maior parcela dos trabalhadores informais (62,7%). O grupo com maior proporção de trabalhadores informais é representado por mulheres pretas e pardas (34,8%). Os dados podem ser um indício da segmentação ocupacional nos setores formal e informal.

**Tabela 5 – Proporção de trabalhadores informais por sexo e cor (Brasil, 2015)**

	Mulheres pretas e pardas		Mulheres brancas		Homens pretos e pardos		Homens brancos	
	Nº obs.	(%)	Nº obs.	(%)	Nº obs.	(%)	Nº obs.	(%)
Informal	5.029	34,8	3.014	23,8	5.865	31,5	3.477	24,5
Formal	9.406	65,2	9.629	76,2	12.741	68,5	10.691	75,5
<b>Total</b>	<b>14.435</b>	<b>100</b>	<b>12.643</b>	<b>100</b>	<b>18.606</b>	<b>100</b>	<b>14.168</b>	<b>100</b>

(\*) Calculados para indivíduos de 10 anos ou mais.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2015.

É interessante investigar os diferenciais salariais entre os grupos analisados. Barros e Mendonça (1996) e Araújo e Ribeiro (2002) indicam que as desigualdades de renda estão associadas a duas razões: (i) desigualdade de condições (corresponde às características produtivas acumuladas ao longo da vida); e (ii) desigualdade de resultados (corresponde ao tratamento desigual, uma consequência da discriminação presente nos mercados de trabalho). A Tabela 6 apresenta o rendimento médio do trabalho principal para o Brasil e em suas 10 principais metrópoles por grupos de sexo e cor. Observa-se que os valores auferidos nas regiões metropolitanas localizadas na região centro-sul do país são mais expressivos do que a média nacional (R\$ 2.097,49, aproximadamente 2,7 salários-mínimos (SM)), com destaque para Brasília (R\$ 3.447,42, a saber, 4,4 SM). No extremo oposto, está a RM Fortaleza (R\$ 1.362,49, o equivalente a 1,7 SM). Tais diferenciais podem estar relacionados às particularidades das estruturas produtivas regionais, ao custo de vida local e à existência de um prêmio salarial urbano, conforme destacam Lima et al. (2015).

**Tabela 6 – Rendimento do trabalho principal por sexo e cor (Brasil, 2015)**

	<b>Geral</b>	<b>Mulheres pretas e pardas</b>	<b>Mulheres brancas</b>	<b>Homens pretos e pardos</b>	<b>Homens brancos</b>
RM Belém (PA)	R\$1.453,39	R\$1.165,11	R\$1.639,03	R\$1.448,93	R\$2.078,59
RM Fortaleza (CE)	R\$1.362,49	R\$1.068,79	R\$1.568,36	R\$1.342,25	R\$1.848,65
RM Recife (PE)	R\$1.488,10	R\$1.106,96	R\$1.796,86	R\$1.384,78	R\$2.175,69
RM Salvador (BA)	R\$1.589,25	R\$1.176,56	R\$2.312,46	R\$1.549,88	R\$3.767,66
RM Belo Horizonte (MG)	R\$2.082,13	R\$1.248,15	R\$2.378,96	R\$1.945,35	R\$3.315,74
RM Rio de Janeiro (RJ)	R\$2.306,36	R\$1.270,40	R\$2.660,74	R\$1.746,06	R\$3.745,33
RM São Paulo (SP)	R\$2.480,34	R\$1.413,83	R\$2.454,42	R\$1.924,79	R\$3.432,87
RM Curitiba (PR)	R\$2.579,04	R\$1.437,05	R\$2.151,99	R\$2.074,77	R\$3.238,78
RM Porto Alegre (RS)	R\$2.129,45	R\$1.334,62	R\$1.937,63	R\$1.703,33	R\$2.555,21
Brasília (DF)	R\$3.447,42	R\$2.317,28	R\$3.684,17	R\$3.264,35	R\$4.868,98
<b>Brasil</b>	<b>R\$2.097,49</b>	<b>R\$1.305,99</b>	<b>R\$2.291,04</b>	<b>R\$1.757,30</b>	<b>R\$3.123,45</b>

(\*) Calculados para indivíduos de 10 anos ou mais. R\$ de 2015.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2015.

Verifica-se que o rendimento médio de mulheres pretas e pardas é o menos expressivo (R\$ 1.305,99, aproximadamente 1,7 SM), seguido por mulheres brancas (R\$ 2.291,04, ou seja, 2,9 SM), homens pretos e pardos (R\$ 1.757,30, a saber 2,2 SM) e homens brancos (R\$ 3.123,45, aproximadamente 04 SM). Estas diferenças são ainda mais peculiares do ponto de vista espacial. Por exemplo, o salário médio da RM São Paulo é superior à média nacional (R\$ 2.480,34, o equivalente a 3,2 SM), todavia, o salário médio nessa região para as mulheres pretas e pardas possui nível equivalente ao salário médio das metrópoles localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (R\$ 1.413,83, a saber 1,8 SM); para os homens brancos, a situação é oposta

(R\$ 3.238,78, aproximadamente 4,1 SM). Este é apenas um dos diversos exemplos que poderiam ser citados para demonstrar a existência de diferenciais de rendimentos entre indivíduos com características não produtivas (sexo e cor) distintas. Soares (2008) ressalta que pretos e pardos possuem, em média, metade da renda domiciliar *per capita* de pessoas brancas e que esta desigualdade é resultado, em parte, da discriminação/segregação (para mulheres negras esta relação é ainda mais desfavorável).

Os dados da Tabela 6 não consideram diferenças nas características produtivas dos indivíduos, como escolaridade e ocupação. Assim, pretende-se discutir, a seguir, os diferenciais de rendimentos por escolaridade, categorias ocupacionais e setores de atividade. A ideia subjacente é que indivíduos com características produtivas similares devem ser remunerados de forma homogênea. Se isso não ocorre, provavelmente há segmentação nos mercados de trabalho.

Em relação à escolaridade, é possível observar na Tabela 7 a existência de diferenciais salariais por sexo e cor. Para todos os níveis de instrução, os salários mais baixos são auferidos por mulheres pretas e pardas. A situação das mulheres brancas possui dois padrões: (i) entre os indivíduos sem instrução, as mulheres brancas possuem os salários mais favoráveis e (ii) para todos os outros grupos de escolaridade, possuem o segundo menor rendimento médio. Os homens brancos possuem os rendimentos mais elevados em todos os níveis de escolaridade (exceto sem instrução) e os homens pretos e pardos auferem o segundo maior nível de rendimento. A diferenciação por sexo pode estar associada à segmentação ocupacional (ocupações específicas são desempenhadas por homens ou por mulheres) e a diferenciação por cor pode estar associada a fatores socioeconômicos (dificuldade de acesso à educação de qualidade e serviços de saúde, por exemplo, por pretos e pardos, o que dificulta sua inserção ocupacional). Ressalta-se, como evidenciado anteriormente, que as mulheres possuem escolaridade média superior aos homens, o que torna os diferenciais salariais por sexo peculiares.

**Tabela 7 – Rendimento do trabalho principal por grupos de escolaridade (Brasil, 2015)**

	Mulheres pretas e pardas		Mulheres brancas		Homens pretos e pardos		Homens brancos	
	R\$	SM	R\$	SM	R\$	SM	R\$	SM
Sem instrução e menos de 1 ano	730,91	0,9	1.414,25	1,8	1.064,30	1,4	1.289,51	1,6
1 a 3 anos de estudo	668,11	0,8	762,37	1,0	1.020,76	1,3	1.170,70	1,5
4 a 7 anos de estudo	783,62	1,0	916,48	1,2	1.188,51	1,5	1.431,81	1,8
8 a 10 anos de estudo	864,57	1,1	1.018,25	1,3	1.296,14	1,6	1.588,54	2,0
11 a 14 anos de estudo	1.192,08	1,5	1.571,19	2,0	1.752,25	2,2	2.323,25	2,9
15 anos de estudo ou mais	3.149,88	4,0	4.374,66	5,6	4.792,74	6,1	6.953,82	8,8

(\*) Calculados para indivíduos de 10 anos ou mais. R\$ de 2015.

Nota: SM é a sigla para salário-mínimo.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2015.

O padrão identificado por grupos de escolaridade é mantido quando a análise é realizada por grupos de ocupação: mulheres pretas e pardas auferem os rendimentos menos expressivos independentemente da ocupação que desempenhem; no extremo oposto estão os homens brancos. Mulheres brancas e homens pretos e pardos alternam as posições, com relativa vantagem para o primeiro grupo nas ocupações que exigem maior nível de qualificação, como, por exemplo, Dirigentes e Membros das Forças Armadas. É importante ressaltar que a despeito das mulheres pretas e pardas representarem a maior parcela dos trabalhadores domésticos, sua remuneração é inferior mesmo nesta categoria em comparação aos demais grupos, mais um indicador da dificuldade de sua inserção ocupacional (Tabela 8).

**Tabela 8 – Rendimento médio mensal do trabalho doméstico principal (Brasil, 2015)**

Mulheres pretas e pardas		Mulheres brancas		Homens pretos e pardos		Homens brancos	
R\$	SM	R\$	SM	R\$	SM	R\$	SM
852,28	1,1	988,31	1,3	872,25	1,1	1.146,05	1,5

(\*) Calculados para indivíduos de 10 anos ou mais. R\$ de 2015.

Nota: SM é a sigla para salário-mínimo.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2015.

Similarmente, os diferenciais de rendimento por sexo e cor também são verificados quando a análise é realizada por setor de atividade econômica (Tabela 9). As mulheres pretas e pardas recebem salários mais baixos em todos os grupos de atividades. Destaca-se que mulheres brancas recebem mais que homens brancos no setor de construção civil, o que pode estar relacionado ao seu nível de escolaridade (bem como à baixa representatividade feminina neste grupo). Em todos os outros setores, homens brancos possuem salários mais elevados e, mulheres brancas e homens pretos e pardos alternam as posições (padrão bastante similar ao observado a partir das categoriais ocupacionais).

**Tabela 9 – Rendimento do trabalho principal por setor de atividade (Brasil, 2015)**

	Mulheres pretas e pardas		Mulheres brancas		Homens pretos e pardos		Homens brancos	
	R\$	SM	R\$	SM	R\$	SM	R\$	SM
Indústria Moderna	1.342,96	1,7	2.215,55	2,8	1.783,31	2,3	2.758,60	3,5
Indústria Tradicional	885,64	1,1	1.455,93	1,8	1.781,05	2,3	2.772,75	3,5
Construção Civil	2.245,56	2,8	3.385,82	4,3	1.329,18	1,7	2.099,57	2,7
Serviços distributivos	1.883,39	2,4	5.083,91	6,5	2.654,92	3,4	4.511,01	5,7
Serviços Produtivos	1.464,33	1,9	2.845,95	3,6	1.798,65	2,3	3.348,06	4,2
Serviços Sociais	1.789,38	2,3	2.748,70	3,5	2.017,67	2,6	4.676,83	5,9

(continua)

							(continuação)	
Serviços Pessoais	1.093,18	1,4	1.656,21	2,1	1.500,02	1,9	2.455,17	3,1
Governo	3.296,83	4,2	5.353,40	6,8	4.022,84	5,1	5.910,03	7,5
Agropecuária	245,61	0,3	1.353,91	1,7	702,77	0,9	1.586,02	2,0

(\*) Calculados para indivíduos de 10 anos ou mais. R\$ de 2015.

Nota: SM é a sigla para salário-mínimo.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2015.

A caracterização da amostra indica a existência de diferenciais salariais expressivos entre homens e mulheres, negros e brancos. Mais especificamente, a análise indica que as mulheres pretas e pardas compõem o grupo de maior vulnerabilidade, resultado de sua dificuldade de inserção nos mercados de trabalho das principais metrópoles do Brasil. Nesta perspectiva, pretende-se identificar os principais determinantes da condição de ocupação feminina, com o intuito de subsidiar políticas públicas destinadas a minimizar o grau de vulnerabilidade (e, conseqüentemente, a pobreza) dos domicílios chefiados por estas mulheres.

### Determinantes da inserção ocupacional feminina no Brasil metropolitano

Para identificar os principais determinantes da inserção ocupacional feminina nos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros, um modelo de regressão logística multinomial será estimado. O modelo consiste em examinar quais características podem influenciar o acontecimento de um determinado evento de interesse. Ou seja, o modelo permite o estudo da relação entre variáveis independentes (explicativas) e uma variável dependente categórica, que pode assumir mais de duas categorias, uma das quais é considerada a categoria de referência. O modelo também fornece as probabilidades de o evento de interesse ocorrer, considerando cada variável independente (FÁVERO ET AL., 2009). A equação da função do modelo de regressão logística é igual a:  $f(Z) = 1/[1+e^{-z}]$ , em que  $Z$  equivale a  $Z = \ln[1/(1-p)] = \alpha + \sum \beta_i X_i$ . Os termos  $\ln[1/(1-p)]$  e  $[1/(1-p)]$  são, respectivamente, o *logit*, denotado por  $Z$ , e a chance de a variável dependente categórica acontecer;  $p$ , é a probabilidade de ocorrer o evento de interesse;  $X$  é o vetor das variáveis independentes;  $\alpha$  e  $\beta$  são os parâmetros do modelo.

No modelo binário de regressão logística, a equação que estima a probabilidade de ocorrer uma alternativa da variável dependente ao invés da outra é igual a:

$$Z = \text{logit} = \ln[P(\text{Resultado} = 1)|X/P(\text{Resultado} = 0)|X] = \alpha + \sum \beta_i X_i$$

No modelo de regressão logística multinomial com três categorias as probabilidades de ocorrência das alternativas do evento de interesse são estimadas por duas equações:

$$Z = \text{logit} = \ln[P(\text{Resultado} = 1)|X/P(\text{Resultado} = 0)|X] = \alpha + \sum \beta_i X_i$$

$$Z = \text{logit} = \ln[P(\text{Resultado} = 2) | X / P(\text{Resultado} = 0) | X] = \alpha + \sum \beta_i X_i$$

O modelo estimado no artigo assumirá essas características. A variável categórica dependente será a situação ocupacional e as categorias serão: 0=*inativo*, 1=*ativo e ocupado* e 2=*ativo e desocupado*. A primeira categoria será a de referência. A interpretação das estimações será realizada pela razão de riscos relativos (*odds ratio*), que indica a mudança relativa nas probabilidades das categorias analisadas.

A base de dados utilizada para a estimação dos modelos, como destacado, foi construída a partir dos microdados da PNAD - 2015. As informações incluem características socioeconômicas dos indivíduos, como aspectos demográficos, educacionais, de trabalho e migração (Quadro 01). A amostra é composta por indivíduos agrupados em 10 (dez) unidades espaciais, referentes às principais regiões metropolitanas do país. Para minimizar o grau de heterogeneidade amostral, adicionalmente aos recortes descritos na seção 02, foi realizada a exclusão dos indivíduos com idade inferior a 15 anos e superior a 65 anos (exclusão da amostra indivíduos em idade escolar e indivíduos que possuem maior probabilidade de inatividade – ultrapassaram o limite superior do tempo de contribuição previdenciária).

Quadro 1 – Descrição das variáveis

Variável Dependente		
Variável	Nome	Descrição
sitocup	Situação ocupacional	Variável categórica que assume o valor 00 para indivíduos inativos, 01 para ativos e ocupados e 02 para ativos e desocupados.
Variáveis Independentes (explicativas)		
Variável	Nome	Descrição
sexo	Sexo	<i>Dummy</i> com valor igual a 1 para mulheres e 0 para homens.
ppardos	Pretos e Pardos	<i>Dummy</i> com valor igual a 1 para indivíduos pretos e pardos e 0 para brancos.
idade	Idade	Idade em anos.
exp_prof	Experiência Profissional	<i>Proxy</i> para experiência profissional (termo quadrático da idade).
resp_dom	Responsável pelo domicílio	<i>Dummy</i> com valor igual a 1 se o indivíduo é o responsável pelo domicílio e 0 caso contrário.
pmigrante	Probabilidade de ser migrante	Probabilidade individual de migrar (estimada por intermédio de um modelo <i>probit</i> de acordo com as características individuais).
anosest	Anos de estudo	Quantidade de anos de estudo do indivíduo (escolaridade).
RM	Região Metropolitana	Conjunto de variáveis <i>dummies</i> indicadoras de residência em uma das 10 principais regiões metropolitanas do Brasil: RMSP, RMRJ, RMBH, RMPOA, RMCuritiba, RMFortaleza, RMRecife, RMSalvador, RMBelém e DF.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2015.

## Análise dos resultados

A análise da condição de ocupação individual é realizada por intermédio da comparação entre as seguintes alternativas: inatividade, ocupação e desocupação. A ideia subjacente é identificar a persistência de segmentação nos mercados de trabalho metropolitanos, que tende a ser extremamente desfavorável para as mulheres pretas e pardas. Os resultados da estimação do modelo multinomial podem ser observados na Tabela 10.

As particularidades relacionadas à forma de inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho são evidenciadas pela análise da razão de riscos relativos da variável sexo: (i) a comparação entre as categorias “ocupado” e “inativo” indica que ser mulher aumenta em 70% as chances de inatividade; e (ii) a comparação entre inatividade e desocupação indica que as mulheres possuem, em comparação aos homens, uma probabilidade 50% maior de estarem desempregadas.

**Tabela 10 – Razão de riscos relativos de regressão logística multinomial para a condição de ocupação individual (Brasil - RM, 2015)**

	<b>Categoria 01 = Ativo e ocupado</b>	<b>Categoria 2 = ativo e desocupado</b>
sexo	0,301*** -0,0002	0,506*** -0,0006
ppardos	1,241*** -0,0011	1,594*** -0,0022
idade	1,457*** -0,0003	1,282*** -0,0004
exp_prof	0,995*** 0	0,997*** 0
resp_dom	1,712*** -0,0016	1,439*** -0,0023
pmigrante	0,984*** 0	0,958*** -0,0002
anosest	1,111*** -0,0001	1,059*** -0,0002
RMFortaleza	1,058*** -0,0027	0,755*** -0,003
RMRecife	0,864*** -0,0021	1,064*** -0,004
RMSalvador	1,331*** -0,0034	1,612*** -0,006
RMBH	1,673*** -0,0041	1,591*** -0,0058
RMRJ	1,091*** -0,0024	1,033*** -0,0035
RMSP	1,871*** -0,0055	2,832*** -0,0124
RMCuritiba	1,418*** -0,0037	0,883*** -0,0039

(continua)

		(continuação)
RMPOA	1,671*** -0,0043	1,223*** -0,005
DF_BSB	1,155*** -0,0031	0,954*** -0,004
<b>Pseudo-R2</b>	0,1565	

Notas: A categoria de referência é igual a inativo (sitocup=0). N° observações = 94.230.

(\*\*\*) Variável significativa a 1%.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2015.

Em relação à segmentação por cor, as estimativas do modelo evidenciam que pretos e pardos possuem, em comparação à inatividade e aos brancos, maior probabilidade de ocupação e desocupação, respectivamente, 24% e 59%. Nota-se que para os pretos e pardos que fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA), a probabilidade de desocupação é muito mais expressiva, um provável indício de sua vulnerabilidade e dificuldade de inserção ocupacional.

A probabilidade de ocorrência de ocupação e/ou desocupação aumenta em comparação à categoria inativo de acordo com as variáveis idade (45% e 28%, respectivamente), responsável pelo domicílio (71% e 43%, respectivamente) e anos de estudo (11% e 6%, respectivamente). Confirma-se a hipótese de que a qualificação profissional (um ano adicional de escolaridade) aumenta a probabilidade de inserção ocupacional e diminuiu as chances de inatividade.

A migração possui, para a amostra específica, impacto levemente negativo para a inserção ocupacional: há uma redução de aproximadamente 2% da probabilidade de ocupação e de 4% da probabilidade de desocupação em comparação à inatividade. Esse resultado pode estar relacionado à dificuldade de inserção no novo contexto social dos migrantes (período de adaptação à nova localidade de residência, que retarda, em média, sua entrada na PEA).

Em relação ao local de residência, as estimativas dos modelos evidenciam a complexidade do processo de inserção ocupacional nas diferentes regiões metropolitanas brasileiras (a categoria de referência é a RM de Belém): a expressiva diversificação produtiva dos centros metropolitanos requer maior qualificação e aumenta a concorrência, o que pode dificultar o ingresso no mercado de trabalho, principalmente em regiões mais dinâmicas.

Os resultados do modelo corroboram as tendências observadas na literatura empírica sobre o tema, como destacado por Lima et al. (2015), Hermeto e Miranda-Ribeiro (2016) e Mariano et al. (2018). A Tabela 11 apresenta as probabilidades de ocupação, desocupação e inatividade por grupo de sexo e cor. Os valores evidenciam que a probabilidade de inatividade das mulheres é aproximadamente três vezes superior àquela observada para os homens e a probabilidade de ocupação é significativamente inferior, principalmente para pretas e pardas.

**Tabela 11 – Probabilidades de inatividade, ocupação e desocupação (Brasil - RM 2015)**

	Inativo	Ativo e ocupado	Ativo e desocupado
Homens brancos	0,1246	0,8082	0,0672
Mulheres brancas	0,3548	0,5835	0,0617
Homens pretos e pardos	0,1239	0,7855	0,0906
Mulheres pretos e pardos	0,3583	0,5499	0,0918
<b>Média brasileira</b>	<b>0,2361</b>	<b>0,6831</b>	<b>0,0808</b>

Notas: A categoria de referência é igual a inativo (sitocup=0).

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2015.

A análise dos resultados indica que diversos desafios relacionados ao ingresso e à permanência das mulheres, especialmente pretas e pardas, no mercado de trabalho persistem no Brasil metropolitano. Muitas mulheres continuam a enfrentar um *trade off* entre desempenhar atividades produtivas ou dedicar-se a administração do lar. Além disso, a despeito de possuírem níveis mais elevados de escolaridade, as mulheres possuem menor probabilidade de inserção ocupacional e rendimentos do trabalho, em média, mais baixos. Esses desafios são ainda mais expressivos para as mulheres pretas e pardas, muitas das quais, por vezes, são responsáveis pelo domicílio e representam a única fonte de renda da unidade. É indispensável a elaboração de políticas públicas destinadas a minimizar as dificuldades impostas a este grupo e reduzir sua vulnerabilidade à pobreza e à miséria.

### Considerações finais

O artigo analisou o processo de inserção ocupacional feminina nos mercados de trabalho das principais regiões metropolitanas brasileiras. Apesar de melhorias na primeira década deste século, ainda é possível encontrar mercados de trabalho segmentados, que discriminam trabalhadores por sexo e cor. A discriminação faz com que os grupos prejudicados estejam presentes em maior número em ocupações menos favoráveis e/ou que remuneram menos. A literatura mostra que, apesar de mulheres terem maior nível educacional, elas auferem rendimentos menores que homens e, ainda, que pretos e pardos têm menores níveis educacionais e menores rendimentos.

Ao analisar a base de dados, construída a partir da PNAD 2015, foram observados indícios desta segmentação: 16,4% das mulheres pretas e pardas não têm uma ocupação; 11,2% das mulheres brancas, 11,3% dos homens pretos e pardos e 8,2% dos homens brancos. Os números de desocupação para os chefes de família de cada grupo de sexo e cor seguem a mesma trajetória, com mulheres negras chefes de família tendo maiores percentagens de desocupação. Este fato corrobora a hipótese de vulnerabilidade dos lares chefiados por mulheres negras, já que há grandes chances de elas constituírem a única fonte de renda do domicílio.

Para identificar quais características influenciam a inserção ocupação feminina, foi estimado um modelo de regressão logística multinomial, no qual a categoria base foi a inatividade. Os resultados corroboram a hipótese de segmentação produtiva no Brasil metropolitano. Ao analisar a variável sexo, observa-se que, na comparação da categoria “ocupado” com a categoria base, mulheres têm 70% mais chances de estarem inativas e, na comparação da categoria “desocupado” à inatividade, 50% mais chances de estarem desocupadas do que homens.

Em relação à cor/raça, considerando inatividade como a categoria de referência, o modelo aponta que pretos e pardos possuem maior probabilidade de estarem ocupados (24%) e, mais chances ainda de estarem desocupados (59%) do que os brancos. Estes números podem ser um indicativo da difícil inserção ocupacional e vulnerabilidade de pessoas negras, visto a grande possibilidade de não terem emprego.

Os resultados também refletem as especificidades espaciais do processo de inserção ocupacional: tomando como base a RM de Belém, observa-se que regiões mais desenvolvidas geralmente demandam por mão de obra mais qualificada, o que resulta em mercados de trabalho mais concorrentes e dificulta a inserção ocupacional.

Assim, quando analisada a probabilidade de cada grupo estar ocupado, desocupado ou ativo, observa-se que a chance de mulheres estarem inativas (ocupadas) é consideravelmente superior (inferior) em comparação aos homens, com destaque para mulheres pretas e pardas, que são o grupo mais vulnerável.

É necessário ressaltar que as crises política e econômica, potencializadas pela pandemia de COVID-19, possuem fortes impactos regressivos sobre a distribuição de renda e o emprego no Brasil. Nesta perspectiva, os grupos que já estavam em situação de vulnerabilidade, estão ainda mais expostos ao desemprego e à insuficiência de renda, especialmente mulheres pretas e pardas chefes de família. Os impactos da atual crise econômica, que tem grandes chances de se estender para até depois da recuperação da pandemia, colocam em xeque o crescente progresso que, aos poucos, é obtido.

Assim, considerando todos os resultados expostos, é imprescindível o contínuo exame da condição econômica e social de cada grupo de sexo e cor, em especial de mulheres pretas e pardas, para a elaboração e adoção de medidas que reduzam as diferenças intergrupos no mercado de trabalho, assim como em todos os âmbitos da sociedade. Políticas públicas e iniciativas que incentivem a educação, o aumento da qualificação profissional e de combate ao racismo e ao machismo devem ser estimuladas. Suas implicações futuras sobre os níveis de vulnerabilidade social não devem ser minimizadas.

## REFERÊNCIAS

- ARAKAKI, Agustin. Movilidad ocupacional en un mercado de trabajo segmentado: Argentina, 2003-2013. **Estudios del trabajo**, v. 54, pp. 27-54, 2017. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/pdf/et/n54/n54a02.pdf>. Acesso em: 1 jul 2020.
- ARAÚJO, Verônica; RIBEIRO, Eduardo. Diferenciais de salário por gênero no Brasil: uma análise regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 33, no. 2, pp. 196-217, 2002.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. OS determinantes da desigualdade no Brasil. IPEA – Texto para discussão nº 377. Rio de Janeiro. 1996. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0377.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0377.pdf). Acesso em 08 nov 2021.
- FAUSTINO, Izabel; ARAÚJO, Elisângela; MAIA, Katy. Mercado de trabalho e discriminação: uma análise das diferenças salariais e discriminação por gênero no Brasil e macrorregiões (2004-2014). In: **45º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, Natal, 2017. Anais...Natal: ANPEC, 2017. Disponível em [https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files\\_I/i13-c30a5ab7a118875b9c99e7c59249210d.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_I/i13-c30a5ab7a118875b9c99e7c59249210d.pdf). Acesso em: 1 jul 2020.
- FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana; CHAN, Betty. **Análise de Dados – Modelagem Multivariada para Tomada de Decisão**. 1ª Edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.
- FONTES, Gustavo. **Hierarquia urbana, estrutura e o prêmio salarial à qualificação**: decomposição dos determinantes das desigualdades interurbanas de rendimento no Brasil. 2014. 274 f. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- HERMETO, Ana Maria; MIRANDA-RIBEIRO, Paula. Diferenciais ocupacionais por raça e gênero no mercado de trabalho metropolitano no Brasil. In: **XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, Foz do Iguaçu, 2016. Anais...Foz do Iguaçu: ABEP, 2016. Disponível em <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/946/911>. Acesso em: 1 jul 2020.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 4ª edição, 2011. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 1 jul 2020.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA - IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. 2017. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em 08 nov 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 1 jul 2020.

LIMA, Ana Carolina; SIMÕES, Rodrigo; HERMETO, Ana Maria. Determinantes socioeconômicos, estruturas produtivas regionais e condição ocupacional no Brasil, 2000-2010. **Economia Aplicada**, v. 19, no. 2, pp. 299-323, 2015. doi: [10.1590/1413-8050/ea97903](https://doi.org/10.1590/1413-8050/ea97903). Acesso em: 1 jul 2020.

MANTOVANI, Gabriela; SOUZA, Solange; GOMES, Magno. Ocupação e gênero: uma análise dos efeitos da segmentação ocupacional e da discriminação de gênero para o Brasil. **Estudios Económicos**, v. 37, n° 74, pp. 71-104, 2020. Disponível em <https://revistas.uns.edu.ar/ee/article/view/1593>. Acesso em: 1 jul 2020.

MARIANO, Francisca; COSTA, Edward; GUIMARÃES, Daniel; SOUSA, Daniel. Diferenciais de Rendimentos entre Raças e Gêneros, nas Regiões Metropolitanas, por Níveis Ocupacionais: uma análise através do pareamento de Nopo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 48, no. 1, pp. 137-173, 2018. doi: [10.1590/0101-41614815137fedd](https://doi.org/10.1590/0101-41614815137fedd). Acesso em: 1 jul 2020.

OLIVEIRA, Lucia Helena; PORCARO, Rosa Maria; COSTA, Tereza Cristina. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv16478.pdf>. Acesso em 08 nov 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Mulheres no trabalho**: tendências de 2016. Brasília, 2016. Disponível em <http://www.oit.org.br>. Acesso em: 1 jul 2020.

SILVA, N. V. O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 10, n. 1, p. 21-44, 1980. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7038>. Acesso em 08 nov 2021.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

SOARES, Sergei. A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil. In: THEODORO, Mário. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, pp. 119-129, 2008.

SOARES, Sergei. O perfil da discriminação no mercado de trabalho - homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. **Texto para Discussão 769**, IPEA, Brasília, 2000. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0769.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0769.pdf). Acesso em: 1 jul 2020.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, v. 26, no. 4, pp. 596-618, 2006.

Recebido em: 06 de julho de 2021.  
Aprovado em: 16 de setembro de 2021.